

*Sei que quase nada sei,
Mas desconfio de muita coisa.*

Guimarães Rosa

"Grande Sertão: Veredas"

Os motivos dos sem-escola

Marcelo Neri*

Países e pais que cuidam de suas crianças e adolescentes viabilizam seu futuro. É preciso que se eduque a população sobre a importância da educação. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com apoio e ação dos estudantes e seus pais. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, vão assegurar o sucesso da política pública. Buscamos aqui entender as motivações relatadas diretamente pelas pessoas para não estarem na escola.

Não basta enxergar de fora as boas propriedades da política educacional, como equidade e eficiência. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam essas informações em decisões. Os suplementos de educação da PNAD permitem enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e iluminar o foco e o desenho das políticas a partir das necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola. Heurísticamente, buscamos educar gestores e analistas sobre as percepções e motivações do cidadão comum.

Paradoxo

A taxa de retorno social da educação envolve os custos de oportunidade do adolescente estudar em vez de trabalhar, os prêmios trabalhistas e os custos diretos privados ou públicos da educação. A literatura calcula taxas de retorno de 15% por ano de estudo que se encontra num nível mais alto que o custo de financiamento do governo brasileiro que, portanto, deveria expandi-la. Agora a taxa interna de retorno da educação relevante para a decisão de pais e filhos é ainda mais alta, pois exclui os custos públicos da educação e inclui outros benefícios privados derivados

da educação para além da renda gerada do mercado de trabalho. Por exemplo, nossas pesquisas indicam que 95% das melhoras da saúde observadas a partir de incrementos na educação e na renda associada se dão pelo efeito direto da educação, mantendo-se a renda constante. Ou seja, há um enorme ganho privado a ser auferido para além do mundo do trabalho a partir da decisão de se educar mais. Neste sentido, a alta evasão escolar constitui um paradoxo. Se a educação gera um retorno privado tão alto, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

Uma primeira resposta ao paradoxo é que os maiores prêmios da educação sobre renda e saúde, na meia-idade e na velhice, estão longe no horizonte de planejamento do jovem que decide. Em 2006, 2,7% daqueles entre 10 e 14 anos estavam fora da escola, subindo para 17,8% na faixa entre 15 e 17 anos que é a faixa etária do ensino médio, caso não houvesse atraso escolar onde focamos a discussão aqui. Aí residem os maiores obstáculos da repulsão escolar e onde começam a se multiplicar os fatores de atração trabalhista. Apresentamos evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à evasão escolar. Falamos aqui de perguntas diretas tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola?

É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está?

Exposição de motivos

Propomos o estudo das causas da evasão a partir de três tipos básicos de motivações, a saber: A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública restringindo a oferta de serviços educacionais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo. Senão vejamos: 1) dificuldade de acesso à escola (10,9%); 2) necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%); 3) falta intrínseca de interesse (40,3%); 4) outros motivos (21,7%). A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que os três grupos de motivos aventados explicam quase 80% da totalidade das respostas. O que se destaca nestes são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 67,7%

A evasão escolar é pior quando se junta a oportunidade agregada de trabalho com a carência individual de renda

das motivações apresentadas contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas.

No âmbito da demanda, há que se distinguir a falta de interesse intrínseca, talvez por desconhecimento dos prêmios oferecidos pela educação, com 40,3% contra 27,1% da necessidade de trabalho e renda. Esta última motivação seria consistente com a operação de restrições de liquidez enfrentada pelos jovens e suas famílias. Isso sugere a prescrição de políticas de afrouxamento desta restrição, como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas. De toda forma, este tipo de política teria, segundo os dados, um potencial limitado a menos de um terço das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da

Entre as motivações dos sem escola, 67,7% estão ligadas à falta de demanda contra 10,9% das deficiências de oferta

escola. É preciso aumentar a atratividade da escola.

A evolução temporal em relação há dois anos antes revela uma redução da população nesta faixa etária estimada pela PNAD de 10,7 milhões para 10,4 milhões, fruto da transição demográfica em curso o que implica em crescente facilidade ao longo do tempo de se ofertar cobertura universal de ensino médio. Na composição das motivações há ligeira queda na taxa de evasão escolar de 18,1% em 2004 para 17,8% em 2006. Houve redução da falta de demanda intrínseca de 45,2% para 40,3%, já a importância das restrições de renda sobe marcadamente de 22,8 % em 2004 para 27,1% em 2006. O aquecimento do mercado de trabalho no período, combinado com a ausência das condicionalidades de renda

para pessoas na faixa de 16 e 17 anos, pode explicar o resultado.

Um contraste relevante de elementos subjetivos se dá pela identidade de quem respondeu o questionário. Isto é, se as respostas foram dadas pelo próprio adolescente cujo comportamento de evasão da escola é investigado, ou se foram relatadas por outro morador do domicílio, tipicamente a mãe. Os próprios jovens deram 25,7% das respostas acerca de sua educação. A taxa de evasão dos jovens é 54% maior que dos demais (24,1% contra 15,6%). Isto sugere que esses adolescentes estão mais presentes em casa e não na escola (logo possuem menor probabilidade de não frequentá-la). Feitas as ressalvas, vale a pena investigar a composição dos motivos para a evasão escolar dadas pelo próprio jovem que estava em casa respondendo o questionário: os motivos de insuficiência de oferta são menores na percepção dos próprios jovens de 15 a 17 anos do que a percebida por outros membros do domicílio (8,6% contra 12,2% dos demais), assim como falta de demanda por falta de interesse intrínseco na educação (34,7% contra 43,1%).

O nível original de desagregação das respostas de todos respondentes permite qualificar os detalhes da percepção de falta de oferta: 45,1% dela se

dá pela presença de deficiência ou incapacidade dos jovens indicando a carência de escolas inclusivas ou especiais. Ainda no campo das dificuldades de oferta vem a falta de vagas, cursos mais elevados e de escola perto que responderiam conjuntamente por 35,2%. A falta de documentação ou dificuldades de locomoção se restringiria a 19,7% das justificativas de falta de oferta escolar.

A insuficiência de demanda educacional está menos diretamente associada à necessidade de geração de renda no curto prazo e mais a uma falta de visão de retorno a prazo mais longo. Esta motivação de falta de interesse intrínseco (40,3%) está dividida em: não quis frequentar (83,4%); concluiu a série ou o curso desejado (13,7%); pais ou responsáveis não quiseram que frequentasse (2,9%); Assim como no caso do motivo geração de renda, a influência direta dos pais sobre a evasão parece pequena aqui. O adolescente está acima de tudo fora da escola porque ele não quer a escola que aí está.

Pobres adolescentes

Dos cerca de 3,12 milhões de pessoas de 15 a 17 anos, 30% do total possuem renda *per capita* inferior a R\$ 100 mensais faixa de elegibilidade ao Bolsa Família. A taxa de evasão


escolar deles é 23,3% contra 5,8% dos 20% mais ricos. Já a evasão por restrições de renda é 446% maior entre os mais pobres. Entre 2004 e 2006, observamos uma redução absoluta de 12,4% nos motivos de falta de oferta e de 9,8% na falta de interesse intrínseco na educação, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 27,8% na evasão absoluta dos pobres por motivo de falta de renda.

Uma das dificuldades da população entre 16 e 17 anos no período analisado entre 2004 e 2006 é o fato de eles estarem à época fora da faixa etária de cobertura das condicionalidades educacionais do programa Bolsa Família. Complementarmente, o lançamento do programa do Primeiro Emprego a partir de 2003 tentou — aparentemente sem sucesso — atrair os jovens já a partir da menor idade de 16 anos para o mercado de trabalho através de subsídios diretos dado às empresas para a contratação destes jovens. Como já argumentei neste espaço, desde a primeira hora do programa do primeiro emprego: Por que incentivar a educação até os 15 anos de idade e passar a incentivar o trabalho precoce a partir desta idade? O que acontece de tão especial aos 15 anos que deveria implicar nesta mudança de direção dos incentivos públicos dados à escola e ao trabalho?

Felizmente, o programa do primeiro emprego foi abandonado, enquanto que a partir de meados de 2007 foi estendido o limite máximo da cobertura etária das condicionalidades do Bolsa Família dos 15 para os 17 anos de idade. Como a proporção de pessoas na faixa de 16 e 17 anos fora da escola é oito vezes maior que na faixa etária de 7 a 15 anos, é de se esperar um maior impacto potencial das condicionalidades neste grupo.

A avaliação ex-ante da extensão etária da política de condicionalidades educacionais do Bolsa Família permite antecipar movimentos futuros. Regressões controladas por características socioeconômicas na faixa de 7 a 15 anos de idade mostram que a chance relativa dos beneficiários potenciais do Bolsa Família evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda caiu 18,21% em relação ao grupo de não elegíveis na fase de expansão do Bolsa Família. A redução dos motivos de frequência escolar por insuficiência de renda é consistente com a idéia de que o Bolsa Família diminui a restrição de liquidez que empurraria as crianças e jovens adolescentes ao mercado de trabalho. Este exercício na faixa de 15 a 17 anos de idade revela um aumento, entre 2004 e 2006, de 32% da chance relativa da população pobre em relação

A falta de interesse intrínseco responde por 40,3% da evasão escolar. Já a necessidade de renda responde por 27,1%

à população não pobre de evadir a escola por motivos de insuficiência de renda. É na combinação da demanda agregada de trabalho com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda que encontramos as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta a oportunidade de trabalho com a carência de renda. 

*Economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE, da EPGE e da REDE da Fundação Getúlio Vargas (mcneri@fgv.br)

Este artigo faz parte de projeto feito em parceria com o movimento Todos Pela Educação, a Fundação Educar Dpaschoal e o Instituto Unibanco. Agradecemos o apoio do INEP do Ministério da Educação através da Rede – Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas.